

EDITORIAL 5

ORGANIZAÇÕES GLOBO
 Presidente: Roberto Irineu Marinho • Vice Presidentes: João Roberto Marinho • José Roberto Marinho
 O GLOBO é publicado pela Infoglobo Comunicações S.A.
 Vice Presidente: Rogério Marinho

O GLOBO

Diretor Executivo: Agostinho Vieira
 Diretor de Redação e Editor Responsável: Rodolfo Fernandes
 Editores executivos: Luiz Antônio Naves, Ascânio Selem e Otivaldo Perin
 Editores - O País: Silvia Fonseca; Rio: Paulo Motta; Economia: Sônia Soares; O Mundo: Sandra Cohen;
 Esportes: Antônio Nascimento; Segundo Caderno: Artur Xexéo; Fotografia: Alexandre Sassaki;
 Arte: Léo Tavejnhansky; Opinião: Aluizio Maranhão
 Rua Irineu Marinho, 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.230-901 • Tel.: (21) 2534-5000 • Fax: (21) 2534-5535
 Impressão: Rod. Washington Luiz, 3.000 - Duque de Caxias, RJ - CEP 25.085-000 • Tel.: (21) 2534-5000

TEMA EM DISCUSSÃO: *Prevenção policial*

NOSSA OPINIÃO

Omissão

Dez dias depois do assassinato de um turista paulista na Estrada das Paineiras, a ação dos bandidos se fez sentir novamente na área, desta vez felizmente sem desfecho trágico, quando dois turistas estrangeiros foram assaltados na Mesa do Imperador. Repórteres que estiveram logo a seguir na região constataram que, uma hora após o assalto, não havia carro da polícia no local, retratando um quadro de abandono acentuado pelas placas de sinalização perfuradas por tiros.

Pode-se admitir que é impossível reprimir a zero a ação de marginais em quaisquer áreas do Rio de Janeiro. Mas a repetição desses incidentes em regiões como o Parque da Tijuca e o complexo despolicamento registrado antes e logo depois deixam claro que o policiamento é falho até o limite da inexistência — e isso mesmo depois que a Polícia Militar, ante a intensa repercussão desses casos e de outros anteriores, anunciou que reforçaria sua ação na área.

É notória a dificuldade que o poder público enfrenta para combater a criminalidade no Rio, em decorrência de inúmeros fatores, inclusive e principalmente de uma ação integrada com o governo federal e outros estados, para reprimir a fonte primária da delinquência que é o tráfico de drogas. Mas o que é inadmissível é que as autoridades não se deem conta dos efeitos negativos da situação de insegurança em áreas turísticas desta cidade que é a porta de entrada do país — e de que é possível mudar radicalmente esse quadro, de vez que se trata de regiões delimitadas, onde o policiamento pode ser particularmente eficaz sem exigir a participação de um efetivo muito amplo de agentes.

O que falta, em resumo, é o policiamento ostensivo e permanente, que somente quando apresenta essas características pode-se mostrar adequadamente preventivo. Nos pontos turísticos da cidade mais turística do Brasil, isso deveria estar mais do que claro. É impressionante que ainda pareça não ter sido compreendido.

Prevalece mesmo em áreas turísticas o quadro de abandono

EDITORIAL 6

AO DESCREVER COMO o clã dos Andrade cobriu de sangue e glamour ao jogo do bicho do Rio de Janeiro, a série de reportagens de Bruno Gazzaneo – publicada desde domingo no *Jornal do Brasil* – ajuda a explicar a nova face da contravenção carioca e sua relação com a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas. A conjugação de esforços entre criminosos não é tão nova assim, mas espanta como assume feições compatíveis com os novos tempos. A conclusão do jogo é especialmente inquietante: enquanto assiste às transformações do crime, o Brasil ignora o impacto de suas consequências.

As reportagens revelaram, por exemplo, como os Andrade conectaram-se com ramificações da máfia italiana, abrindo espaço para a guerra dos caça-níqueis no Rio – um mercado de espantosos R\$ 300 milhões anuais. Os territórios cariocas foram ocupados pela máfia siciliana para a instalação de máquinas de videopôquer em troca de vistos e contínuos pagamentos destinados aos barões do jogo do bicho. A exploração dos senhores feudais da jogatina servia de fachada ainda para a lavagem de dinheiro do tráfico de cocaína e heroína. A série sublinhou também que as ligações entre a cúpula da contravenção carioca, liderada por Castor de Andrade, e a Cosa Nostra jamais receberam condenação na Justiça brasileira – apesar de comprovadas na Itália.

Somados os capítulos deste enredo bisonho, constata-se o tamanho e a profundidade da omissão e da permissividade brasileira diante do crime. No Rio de Janeiro, em especial, há uma antiga e promíscua relação entre bandidos e elites. É preciso lembrar que muitos contraventores – adestrados no soturno ambiente do jogo do bicho e temidos pela violência e arrogância – sempre agiram com desenvoltura entre os homens de bem da sociedade carioca. Essa contaminação da elite pelo crime vem de longa data.

Desde a década de 50, a cidade foi loteada pelos bicheiros – revestidos de características folclóricas, exemplos nada edificantes da “malandragem” da época. Tratava-se de um gênero de contravenção não tão violento quanto o de seus sucessores, mas tão parasita quanto os chefões do narcotráfico, que hoje atemorizam a carne e o espírito do Rio.

A primazia da violência dos morros terminou obscurecendo a necessidade de barrar a desenvoltura do jogo do bicho. Um erro. O jogo criado pelo barão de Drummond para animar os visitantes do seu jardim zoológico particular há muito tempo deixou de ser lúdico e inocente.

O mais espantoso é que vários criminosos continuam aceitos e legitimados

O exemplo óbvio dessa convivência tolerada com o crime é a preferência histórica dos banqueiros do jogo do bicho pelos apetites de fácil satisfação e pelas paixões populares efêmeras. Tornaram-se patronos de escolas de samba, transformaram-se em donos do carnaval carioca, dominaram clubes e jogadores de futebol, ingressaram na política. O disfarce das benfeitorias se desfez. Foi desmascarado. Hoje o Rio sabe – e a série de reportagens do *JB* reforça – que muitos bicheiros se converteram em financiadores de narcotraficantes e criaram sustentáculos em negócios igualmente musculosos, como os caça-níqueis.

O mais espantoso é que vários deles continuam aceitos e legitimados. A cumplicidade leva à leniência e à inércia diante do freqüente desrespeito à lei. De tão comum, a ilegalidade e a imoralidade transformaram-se em regra. A constatação explica a vigência do mundo à parte a que Brasília se acostumou a exhibir. Convém rechaçá-lo.

JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
19 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

JOGO DO BICHO

O crime mora ao lado

EDITORIAL 7

JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2006

ELEIÇÕES

O retrato das pesquisas

Não tardará o dia em que as disputas eleitorais brasileiras deixarão de se assemelhar a uma corrida numérica. Desde a primeira eleição presidencial depois da redemocratização, em 1989, a numeração produzida pelas pesquisas se tem transformado, com frequência, em incômoda desinformação.

Cinco dos maiores institutos realizam sondagens nacionais periódicas. Jornais, revistas e TVs, inclusive o *Jornal do Brasil*, costumam publicar os resultados com notável destaque. O problema, convém ressaltar, não está na realização das pesquisas, mas na amplificação dos números, no uso dos resultados em nome de interesses partidários e na interpretação das tendências ali constatadas.

Pesquisas não antecipam o resultado das eleições. O desprezo a esta regra elementar costuma provocar desinformação entre os eleitores. Ganhos de alguns

As legendas têm até junho para sacramentar as candidaturas em convenção partidária. Até lá, situar-se bem nas pesquisas constitui força propulsora para a sobrevivência política dos nomes em disputa. Foi o que fez o *JB*, no domingo, diante dos números do instituto Datafolha. Geraldo Alckmin, do PSDB, caiu três pontos na preferência do eleitorado, informou a pesquisa. Anthony Garotinho, do PMDB, cresceu outros três. A combinação dos dois movimentos alimentou a rivalidade entre os grupos do ex-governador paulista e de José Serra.

Pelo menos oficialmente, Serra será o candidato tucano ao governo de São Paulo. Cardeais do PSDB, contudo, avaliam que o ex-prefeito não abandonou a idéia de convencer o partido a desistir de Alckmin em seu favor. Os números evidenciaram também a musculatura adquirida por Garotinho para vencer a batalha interna no PMDB.

pontos, obtidos por candidatos, transformam-se em ferramenta de barganha entre os próprios partidos. Números obtidos às vezes a mais de um ano das eleições ajudam a antecipar desnecessariamente as disputas, prejudicando os governos e, conseqüentemente, o país. Movimentos de gangorra produzidos pela plethora de pesquisas conduzem o processo eleitoral a uma espécie de bola de neve – grande por fora, oca por dentro.

Não à toa, os próprios especialistas que coordenam as pesquisas as definem como “um retrato do momento” – sobretudo quando são divulgadas tanto tempo antes de o jogo começar para valer, com o início do horário gratuito no rádio e na TV.

Somadas todas as evidências, os eleitores e a imprensa devem interpretar com cautela as pesquisas eleitorais divulgadas até aqui. Precisam ainda utilizá-las como ponto de partida para identificar os movimentos dos partidos na escolha dos seus candidatos.

Ao eleitor convém ainda assimilar o alerta: as margens de erro das pesquisas sugerem que estão em jogo a definição de voto de milhões de eleitores. Cerca de 120 milhões de brasileiros vão às urnas em outubro. Quatro pontos percentuais – a margem de erro situada entre o pior cenário de Alckmin e o melhor cenário de Garotinho, por exemplo – podem significar a escolha de quase 5 milhões de eleitores. A seis meses da eleição, o número justifica a cautela. O mesmo vale para as oscilações na avaliação do presidente Lula, que vem perdendo pouco a pouco a robustez eleitoral com a ruína moral do PT.

Em todos os casos, é preciso esperar as curvas desenhadas em sucessivos levantamentos. Por ora, os pêndulos revelados pelas pesquisas são muito mais meros artifícios utilizados para definir as estratégias dos partidos e pré-candidatos do que balizadores das escolhas do eleitorado. A lição, insista-se, serve para políticos, eleitores e imprensa.

EDITORIAL 8

APESAR DOS RESULTADOS FISCAIS mais positivos do que muitos analistas esperavam, o volume de gastos do governo federal no primeiro trimestre deste ano adquiriu musculatura preocupante. Não há espaço para os otimistas quando se comparam os números de 2006 e os dados do ano passado.

Segundo os números divulgados esta semana pelo Tesouro Nacional, os gastos cresceram 14,5% nos três primeiros meses de 2006. As despesas da União, da Previdência Social e do Banco Central chegaram a R\$ 88,8 bilhões no fim de março – contra R\$ 77,6 bilhões no mesmo período do ano passado. O resultado primário do governo central (descontado o pagamento dos juros) caiu de R\$ 17 bilhões no primeiro trimestre de 2005 para R\$ 14,6 bilhões neste ano. Passou de 3,89% do Produto Interno Bruto para 3,06%.

São evidências de que o crescimento dos gastos públicos brasileiros, sobretudo da administração federal, não oferece margem para novos disfarces. Em ano eleitoral, convém ficar alerta. Porta-vozes do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda argumentam que o governo inverteu o cronograma do gasto público, acelerando os investimentos nos primeiros meses. Seria a saída encontrada para adequar a ação governamental às limitações de gasto em ano de eleições.

Tal argumento não sobrevive à composição das despesas. Os números têm sido impulsionados especialmente pelo inchaço na folha de pessoal e encargos, além de outros componentes de custeio – aqueles destinados a manter o aparelho governamental. Se as despesas gerais do governo central aumentaram R\$ 11,3 bilhões, o dispêndio com pessoal e máquina cresceram quase R\$ 7 bilhões. Resta saber se este é um fenômeno passageiro, resultado da recomposição de vencimentos de servidores públicos, benefícios previdenciários e salário mínimo, ou consequência de um maior descontrole dos gastos.

Em benefício do governo, credite-se o fato de, neste primeiro trimestre, o superávit primário do setor público ter ficado em 4,39% do PIB – acima, portanto, da meta fixada para o ano, 4,25%. Em se tratando de política macroeconômica, isso significa que o setor público deixou de exercer pressão sobre a demanda por bens e serviços. Abre-se, por exemplo, uma vistosa janela para o combate à inflação e para a progressiva redução das taxas de juros.

Há, contudo, um fator pouco tranquilizador: desapareceu a folga habitualmente acumulada no começo do ano. Em 2004 e em 2005, o setor público acumulou gordura suficiente para ser queimada com segurança no segundo semestre. Essa gordura sumiu entre janeiro e março deste ano.

Números mostram que desapareceu a folga habitualmente acumulada no começo do ano

Mais: é difícil imaginar que o apetite público será reduzido a partir de julho, mês que marca oficialmente o início da sucessão presidencial. Trata-se de um jogo perigoso, sobretudo por dois fatores: o Orçamento da União foi inflado pelo Congresso, e o aumento do salário mínimo afetará a folha salarial de todos os níveis de governo e ampliará os gastos da Previdência. É dispensável ressaltar que o governo deverá seguir adiante na tática de promover bondades eleitorais. Um risco pré-eleitoral inaceitável.

O filme é antigo, que persiste mesmo sob o freio da Lei de Responsabilidade Fiscal, mecanismo institucional responsável por impedir que os governantes promovam aumentos insustentáveis de gastos na tentativa de colher dividendos eleitorais. Esse é um compromisso do qual o governo federal – sob qualquer bandeira partidária – não pode distanciar-se. Trata-se de uma conquista e uma exigência da sociedade.

20

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA
28 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

GASTOS PÚBLICOS

Riscos pré-eleitorais